

FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS INCLINAÇÕES DO ELEITORADO E MUDANÇAS NOS PARTIDOS POLÍTICOS

6

Esaú Castro de Albuquerque Melo*
Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros†
Cyntia Carolina Beserra Brasileiro‡

Resumo: Numa discussão que remonta a partidos políticos e à democracia representativa, recupera-se a relevância daqueles como via importante no regime democrático. Os estudos sobre partidos políticos podem ser uma importante chave para compreensão de aspectos da democracia de um país. Como forma de inferir sobre o cenário político partidário brasileiro, a presente pesquisa se propõe a analisar as mudanças nas filiações dos principais partidos brasileiros ao longo dos últimos onze anos. Para composição dos dados, foi utilizada a base de dados de pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral brasileiro (TSE), considerando os anos referenciados e observando se o Brasil está vivenciando um declínio partidário, nas seguintes perspectivas: a) analisar o quantitativo de eleitores filiados aos 36 partidos políticos no Brasil e considerando seu percentual em relação ao número total de eleitores; b) apontar para as transformações no cenário político dos partidos, destacando as principais inclinações do eleitorado. A análise dos dados foi feita através de estatística descritiva, relacionando a literatura e os dados no contexto nacional. Nos resultados percebe-se que as modificações mais nítidas são visualizadas depois das eleições nacionais e estaduais que ocorreram em 2018, em que foi possível observar uma verdadeira oscilação do número de filiados entre diferentes partidos políticos. Concluiu-se que os números mostram um enfraquecimento das identidades partidárias, bem como uma aproximação entre os partidos políticos e o Estado, em especial pela disputa na distribuição dos cargos públicos, posto que a mudança da situação governamental pode ensejar uma considerável reconfiguração nas filiações.

* Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Assistente em Administração na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Advogado (OAB/RN), Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e Doutorando em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN <https://orcid.org/0000-0001-9029-5946>.

† Professora efetiva da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, lotada no departamento Ciências Sociais e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH), Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. <https://orcid.org/0000-0002-1829-9413>.

‡ Professora efetiva do curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2017). Mestre em Ciências Sociais (2012) pela mesma instituição, vinculada à linha de pesquisa Cultura e Identidades. Licenciada (2011) e Bacharel (2009) em Ciências Sociais com área de concentração em Antropologia e ênfase nos estudos de Antropologia da Política e Comportamento Eleitoral. Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial em Antropologia (PET – Antropologia) e bolsista CAPES. Atualmente tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Comportamento Eleitoral, Eleições, Gênero, Raça, Mídia e Política. <https://orcid.org/0000-0002-3397-0295>.

Palavras-chave: filiações partidárias; partidos políticos; inclinações do eleitorado; mudanças nos partidos.

PARTY AFFILIATIONS: ELECTORATE INCLINATIONS AND CHANGES IN POLITICAL PARTIES

Abstract: In a discussion that dates to political parties and representative democracy, the importance of these fundamental elements in a democratic system is highlighted. Studies on political parties can be crucial tool for understanding various aspects of a country's democracy. With the aim of analyzing the Brazilian political party landscape, this research aims to investigate changes in the affiliations on the main Brazilian parties over the past eleven years. For data collection, the research database of the Brazilian Superior Electoral Court (Tribunal Superior Eleitoral – TSE) was used, considering the referenced years, and assessing whether Brazil is experiencing a decline in party affiliation. This involves a) analyzing the number of voters affiliated with the 36 political parties in Brazil and their percentage relative to the total number of voters. b) identifying transformations in the political party landscape, emphasizing key voter inclinations. Data analysis was conducted through descriptive statistics, integrating literature and data within the national context. The results reveal that the most significant changes occurred after the national and state elections of 2018, showing a fluctuation in the number of affiliates among different political parties. It was concluded that the numbers indicate a weakening of party identities, as well as closer relationship between political parties and the State, due to the competition for the distribution of public offices, given that changes in the government situation could lead to a considerable reconfiguration in affiliations.

Keywords: party affiliations; political parties; electorate inclinations; changes in parties.

1 INTRODUÇÃO

Nas palavras de Dalton *et al.* (2003, p. 295), “um dos aspectos mais importantes da natureza de uma democracia é a ligação dos eleitores com os partidos políticos”. Por isso, pesquisas que exploram essa ligação entre os eleitores brasileiros e seus partidos são de relevância para o estudo da ciência política no Brasil e podem ser uma chave importante para compreender o atual cenário do país.

Ao discutir a relação entre partidos políticos e democracia representativa, ressalta-se a importância desses partidos como um elemento fundamental no regime democrático. São os partidos que organizam a competição política, e, no processo de (re)democratização, eles foram essenciais na institucionalização da contestação política, na mobilização de pressões de baixo por uma abertura do sistema político e no fornecimento temporário de

uma identificação ideológica coletiva (Baquero; Castro; Ranincheski, 2016, p. 14).

Além disso, há o papel da agregação de interesses no âmbito da sociedade, formação política, liderança e formulação de políticas. Imperioso considerar que a manutenção da governabilidade é também um imperativo na atuação dos partidos. Conseqüentemente, a crença nos partidos enquanto instituição coletiva na garantia da representação nos mais diversos segmentos é constantemente problematizada e tensionada. Considerando o cenário de transformações políticas vivenciadas pelo Brasil nos últimos anos, que também nos remetem à legitimidade das siglas, essa pesquisa pretende analisar as mudanças nas filiações dos principais partidos brasileiros ao longo dos últimos onze anos.

A filiação partidária é um importante mecanismo, a qual permite que os cidadãos se identifiquem com um partido político e, por meio desse vínculo, busquem ter sua voz e interesses representados no processo político. Com a participação em assembleias, votações internas, mobilizações eleitorais e outras atividades, esse engajamento dos seus membros em processos eleitorais é um importante aspecto da democracia representativa.

O trabalho organiza-se, além desta introdução, do procedimento metodológico e das considerações finais, em mais duas seções. Na primeira delas, questionamos se o Brasil está vivenciando uma crise partidária, analisando o quantitativo de eleitores filiados no Brasil ao longo de 11 anos. Além disso, estabelecemos um diálogo com autores que defendem a existência de uma crise partidária (Dalton, 2003; Mair, 2003; Scarrow, 2015). Na segunda, abordaremos a reconfiguração do número de filiados entre os partidos políticos, analisando os dados por partido na última década e destacando as principais transformações, em especial as que ocorreram depois das eleições de 2018, a fim de que possamos traçar algumas pistas sobre o comportamento dos eleitores e identificação partidária no país.

2 METODOLOGIA

Partindo da hipótese de que os partidos políticos são ainda instrumentos importantes de representação cidadã, bem como instituições que organizam a

arena eleitoral, a proposição desta pesquisa é observar o quantitativo de eleitores filiados nos últimos onze anos, de 2011 a 2022, a fim de obter um recorte do partidarismo no país.

Vale destacar que o período escolhido para a pesquisa, de 2011 a 2022, compreende uma série de episódios políticos de relevância nacional. Por isso a oscilação no número de filiações é interpretada a partir dos acontecimentos que marcaram o cenário político do Brasil, demonstrando a pertinência da análise do número de eleitores filiados nos partidos políticos.

Para composição dos dados, foi utilizada a base de dados de pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) brasileiro, considerando os anos referenciados e observando se o Brasil está vivenciando um declínio partidário, nas seguintes perspectivas: a) analisar o quantitativo de eleitores filiados aos 36 partidos políticos no Brasil; b) apontar para as transformações no cenário político dos partidos, destacando as principais inclinações do eleitorado. A análise dos dados foi feita através de estatística descritiva, relacionando a literatura e os dados no contexto nacional.

3 DECLÍNIO PARTIDÁRIO NO BRASIL?

O Brasil e outros países ocidentais têm vivenciado nas últimas décadas momentos de turbulência e transformações políticas que têm levado os cientistas políticos, como Mounk (2018), Bigotto (2020), Przeworski (2020), Avritzer (2021) e Musse (2021), a apontarem para uma crise política e democrática. Um marco importante foram as manifestações de junho de 2013, que levaram para as ruas uma multiplicidade de insatisfações e reivindicações da população brasileira, no sentido de fortalecer a democracia no Brasil, promover a transparência, instar a participação popular e abordar os desafios estruturais que afetam o sistema político e social do país. Bigotto (2020, p. 194–195) descreve bem esse cenário:

No início de junho de 2013, o preço do transporte público era o foco das manifestações que tomavam as ruas. À medida que as mobilizações se multiplicavam, as reivindicações passaram a incidir sobre as mazelas do Sistema Único de Saúde (SUS), sobre o fracasso de alguns programas de educação, sobre os gastos com a realização da Copa do Mundo de

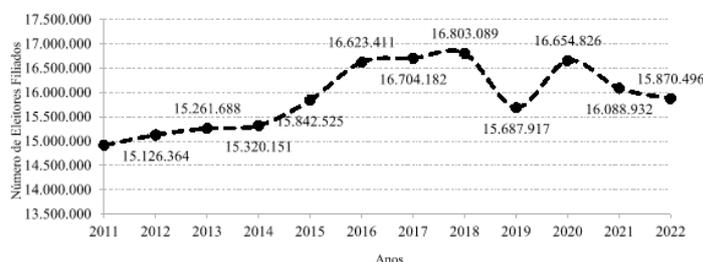
futebol em 2014. Novas demandas começaram a dominar as marchas gigantescas, que aconteciam nas principais cidades do país.

As manifestações acabaram atingindo o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, e a direita e a extrema-direita encontraram o espaço oportuno para se inserir novamente no cenário político, conseguindo capitalizar o descontentamento público e apresentar-se como alternativa à ordem política no país governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Durante os protestos eram comuns as manifestações antipartidárias. Os partidos políticos, em especial os partidos de esquerda, que tentavam levantar suas bandeiras eram frequentemente rechaçados e expulsos das ruas. Nessa perspectiva, Alonso (2023, p. 234) apresenta relatos em que “partidos de esquerda foram hostilizados, pedindo para tirar bandeira”. Já Antunes (2013, p. 41) observa que há “a inclusão nefasta de setores claramente de direita. Estes, juntamente com o apoio da mídia, passaram a encampar a bandeira contra os partidos, iniciando uma onda de agressões contra partidos e demais movimentos sociais de esquerda”.

Assim muitos partidos e movimentos sociais foram proibidos de exercerem suas funções de organização e representação na arena política, e essa rejeição refletiu na insatisfação com a política institucional. Os manifestantes buscavam uma forma de participação política mais direta e horizontal, que não estivesse atrelada aos partidos tradicionais. Foram difundidos diferentes posicionamentos em que os problemas levantados também eram atribuídos à política partidária do país. Nessa perspectiva, fica o questionamento se estaríamos vivenciando o declínio partidário e o enfraquecimento das ligações partidárias.

Para pontuar os últimos acontecimentos da recente política brasileira, podemos destacar: 1) as eleições nacionais e estaduais de 2014, com ênfase na disputa acirrada entre o candidato do PSDB e a candidata do PT à presidência da república; 2) O *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, com a ascensão ao poder do Presidente Michel Temer, do MDB; 3) as eleições nacionais e estaduais de 2018, nas quais foi eleito o Presidente Jair Bolsonaro, naquele momento filiado ao PSL, mas que logo se desfilou, exercendo boa parte de seu mandato sem qualquer filiação partidária; e 4) as eleições de 2022, que levaram o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao seu terceiro mandato presidencial.

GRÁFICO 1 Quantitativo de eleitores filiados por ano (mês de dezembro de cada ano)

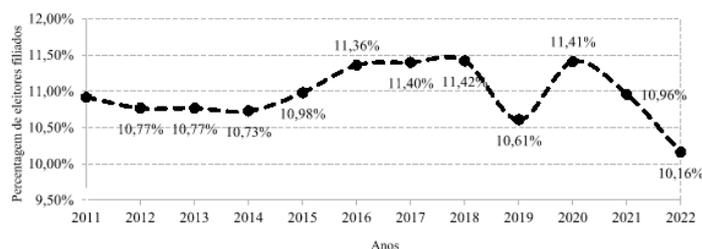


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Os referidos acontecimentos representam transformações significativas no cenário político brasileiro, o que nos leva a questionar como essas mudanças impactaram os partidos políticos, pelo menos no que diz respeito ao número de eleitores filiados, ou seja, se os posicionamentos antipartido presentes nas manifestações de 2013, difusos em meio a tantos outros protestos, teriam gerado algum tipo de redução no número de eleitores filiados aos partidos políticos brasileiros.

Apesar de os dados do Gráfico 1 e 2 evidenciarem uma sensível redução percentual de 2013 para 2014, de 10,77% para 10,73%, de eleitores filiados em relação ao total de eleitores, deve-se destacar que essa redução não se deu nos números absolutos. Nestes, os dados correspondem a um aumento de 15.261.688 para 15.320.151, de modo que a pequena redução percentual se deve ao aumento do número total de eleitores em maior proporção. Portanto as manifestações antipartidárias de 2013 não se refletem de forma imediata nos números de filiados.

GRÁFICO 2 Percentual de eleitores filiados em relação ao total de eleitores (mês de dezembro de cada ano)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Além disso, é preciso destacar uma ascensão considerável no número de filiados nos partidos políticos depois de 2013. Um ponto a ser analisado são os critérios da participação e opinião pública para a crença nos partidos, especialmente quando se percebe uma discrepância do quantitativo que se instaurou na dinâmica eleitoral, ao tempo que houve o esvaziamento das ideologias e valores para a representação coletiva.

Tem-se comumente a formação de coligações entre partidos energeticamente apartados em suas convicções, sendo que muitas vezes as coalizões regionais englobam agremiações que a nível nacional se apresentam como rivais. Esse fenômeno descamba em uma percepção oportunista e fisiológica das alianças partidárias, no que sem dúvida corrobora essa percepção desacreditada das instituições políticas (Terenzi; Freitas; Kazmierczak, 2021, p. 299).

Com muita frequência, a prática era a formação de coligações, que muitas vezes não se sustentavam e logo se dissolviam com o fim das eleições. Nesse sentido, é importante nos atentarmos para as mudanças nas regras eleitorais, tais como a que ocorreu em outubro de 2017, a Emenda Constitucional 97/2017, que “altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição”. Essa ação visa a promover a reunião de pequenos partidos que representem as mesmas unidades ideológicas; e uma hipótese a ser investigada é se a medida conflui para que se diminua

o número vasto de partidos e se fomenta a adesão popular àqueles partidos que representem a vontade popular.

O Brasil chega nas eleições de 2018 com mais de 16,8 milhões de eleitores filiados a algum partido político. Nessa perspectiva, até o ano de 2018, não é possível apontar para um declínio partidário, pelo menos no que diz respeito ao número de filiados, no recorte amplo do Brasil. A um primeiro momento podemos inferir que, apesar da crise e desconfiança político-partidária no país no período, esse cenário não foi acompanhado por uma queda no número de filiados, o que reforça a importância de compreender fatores para a filiação, tais como: filiar-se é uma condição de elegibilidade para se candidatar:

É de se notar que cabe aos próprios partidos políticos o encaminhamento à justiça eleitoral, periodicamente, das relações de filiações em seus quadros, a fim de que o vínculo possa ser aferido quando do registro de eventual candidatura, o que se traduz como mais um vetor da já mencionada posição privilegiada em relevância ocupada por aquelas agremiações (Terenzi; Freitas; Kazmierczak, 2021, p. 303).

As candidaturas avulsas ainda são proibidas no Brasil, de modo que esse vínculo ainda é obrigatório. Outro fator a ser pensado para que os eleitores se sintam motivados a se filiar é a identificação com as pautas que o partido congrega. Num estudo exploratório sobre o tema, Speck, Braga e Costa (2015) apontam que essa relação pode auxiliar na compreensão do engajamento de cidadãos nas mais diversas formas de ativismo na política.

Nos achados das pesquisas, alguns pontos são importantes: “a filiação partidária é, pelo menos parcialmente, um fenômeno com conteúdo racional e emocional” (Speck; Braga; Costa, 2015, p. 145). A filiação, dessa maneira, é mais do que um formalismo burocrático, ela pode entrever explicações que versem sobre os significados das escolhas, logo, do comportamento eleitoral; em que cada vez mais as pautas emergentes e grupos minoritários têm feito vinculação a partidos específicos que representem suas demandas, com pautas que dizem respeito a “convicções políticas” (Amaral, 2014).

Nesse sentido, a referida pesquisa ainda traz um dado importante que diz respeito ao recrutamento de filiados, quando da adesão aos grupos: “o primeiro motivo está fortemente relacionado ao fenômeno da identificação partidária

(especialmente a emocional, mas, também, a racional), mas as duas outras motivações também podem ser associadas a motivações interpessoais e/ou pragmáticas” (Speck; Braga; Costa, 2015, p. 146). Ainda assim, não se pode negar o franco distanciamento de eleitores que apontam não crer nas instituições e tampouco demonstram o desejo de filiar-se.

Essa é a relação da confiança que passa pela subjetividade e que pouco se torna aspecto de análise nas abordagens estruturais. A inclinação para a filiação do eleitor “é bastante condicionada por fatores como sua origem, o tempo de sua existência, o nível de conexão com a sociedade e a maior ou menor visibilidade que eles têm na cena eleitoral” (Lavareda, 2009, p. 39).

Depois de 2018, a oscilação nos números se apresenta de uma forma bem mais nítida. Cabe destacar a queda que ocorreu de 2018 para 2019, que logo recuperou percentual semelhante no ano de 2020. Considerando que 2019 foi ano sem eleições, podemos afirmar que não há mudança significativa nesses números entre as eleições nacionais e estaduais de 2018 e as eleições municipais de 2020. De toda forma, a oscilação se destaca quando comparada à série histórica desde 2011. Os dados evidenciam que, mesmo nos anos não eleitorais, o número de filiados nos partidos não oscilou de forma tão abrupta, apesar de sabermos da importância da filiação para postulantes a cargos eletivos.

Depois de 2018 percebemos uma oscilação para baixo, movimento que se repete em 2020. Os números de eleitores filiados nos anos de 2021 e 2022 voltaram a cair. Os dados mostram que o ano de 2021 terminou com 16.088.932 filiados, que representam 10,96% do total de eleitores. Já em 2022, ano de eleições nacionais e estaduais, temos mais uma redução no número de filiados. São 15.870.496 de filiados, que correspondem a 10,16% do número total de eleitores. É o menor percentual dos últimos onze anos.

A principal análise que podemos concluir disso é que o número de eleitores filiados não acompanhou o crescimento no número de eleitores aptos a votar. O ano de 2022 registrou um total de 156.210.885 eleitores em todo o país, conforme se observa na Tabela 1. Ocorreu sim uma redução no número de filiados, considerando que retornamos a um patamar numérico semelhante ao de 2015 e um pouco maior ao de 2019. Entretanto também se registrou um aumento considerável no número de eleitores aptos a votar. De 2021 para 2022 quase dez milhões de novos eleitores obtiveram registro na justiça eleitoral. Isso também explica a redução proporcional no número de filiados.

TABELA 1 Levantamento do número de eleitores filiados por ano

Ano	Total de eleitores	Número de eleitores filiados	Percentual de filiados em relação ao total
2011	136535.043	14913.969	10,92%
2012	140461.838	15126.364	10,77%
2013	141699.132	15261.688	10,77%
2014	142825.280	15320.151	10,73%
2015	144191.247	15842.525	10,98%
2016	146275.020	16623.411	11,36%
2017	146470.266	16704.182	11,40%
2018	147160.965	16803.089	11,42%
2019	147870.154	15687.917	10,61%
2020	145958.233	16654.826	11,41%
2021	146765.823	16088.932	10,96%
2022	156210.885	15870.496	10,16%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Segundo Dalton *et al.* (2003. p. 295), “um dos aspectos mais importantes da natureza de uma democracia é a ligação dos eleitores aos partidos políticos”, de modo que “o partidarismo concede estrutura e significado aos sistemas de crença individuais; proporciona um conjunto de percepções que ajudam os indivíduos a organizarem as complexidades da política”. Por isso a ligação entre o partido político e seus eleitores deve ser observada. Enquanto instituições, os partidos políticos contribuem para a compreensão da realidade política, norteando as escolhas do eleitorado.

Além disso, Dalton *et al.* (2003. p. 296) destacam que “os laços que o público estabelece com os partidos políticos medem a vitalidade do governo partidário, além de proporcionarem um contexto dentro do qual operam os partidos, os candidatos e os restantes actores políticos”. Assim a ligação entre os partidos e seus eleitores também será relevante para atuação daqueles nos governos, dada a sua notória influência no cotidiano dos poderes executivo e legislativo.

Esse talvez seja um dos maiores desafios na atualidade: o incentivo à participação com a inserção e utilização das mídias digitais, pois estas trouxeram mudanças significativas no ambiente de disputa eleitoral. Anteriormente “a preferência era transmitida no processo de socialização política, de pai para filho, tal como se transmitia a fé religiosa ou a preferência nos times de futebol” (Lavareda, 2009, p. 37). O impacto do digital, especialmente com as

redes sociais, origina um cenário propício para o desmantelamento dos partidos, diante da fluidez e fluxo das relações que passam a ter diversos atores e interfaces atuando.

Miguel (2008) aponta em assertiva que o “público” se transformou com as mudanças dos meios de comunicação; ao invés de cínico, ele é cético, porque a elite política que antes detinha a centralização de toda informação tem encontrado enfrentamentos nesse lento processo de aprendizagem que cidadãos comuns têm vivenciado. O efeito que os grupos, cada vez mais globais, têm causado impacta fortemente as relações de confiança e compromissos. Os partidos arrefecem, a imagem pública sobressai na personalização de candidatos e as “disputas políticas personalizadas são o território dos spins doctors, dos marqueteiros, dos discursos vazios que eludem as questões de fundo” (Miguel, 2008, p. 265).

A rede social é um “novo ambiente que reconfigura o discurso de outros veículos, oferecendo uma oportunidade de reversão de jogos de poder tradicionais e obrigando os próprios poderes hegemônicos a se organizarem” (Sá, 2002, p. 150–151). Ela produz tensionamentos que afetam diretamente as tomadas de decisões, que passam a ser apressadas, pouco pensadas e avaliadas. Outro fator a ser levado em consideração é que, com esse fluxo intenso ofertado nas redes sociais, os movimentos coletivos e sociais, que antes se articulavam de maneira mais orgânica, foram também afetados por essa fluidez.

Por um lado, celebra-se o surgimento das chamadas comunidades virtuais como abrigos para o indivíduo que se refugia entre iguais e em que ele vai encontrar conforto, apoio emocional, afeto e tudo que se encontra no “lar doce lar”. Por outro, esses agrupamentos virtuais seriam os novos espaços para o convívio com a diversidade e complexidade da vida social contemporânea, a nova ágora desaparecida das cidades concretas, onde o encontro com o desconhecido seria canalizado para a construção do bem comum (Sá, 2002, p. 153).

Pouco se fala de expressões coletivas mais emblemáticas na defesa do coletivo. Estes movimentos ficam circunscritos muitas vezes à expressão de inconformidades e compartilhamentos em redes sociais. Os grupos procuram então mobilizar neste espaço apoio e engajamento para influenciar atitudes dos seguidores e, conseqüentemente, dos cidadãos nas suas escolhas e manifestações políticas.

É nesse contexto que se faz necessário observarmos a oscilação no número dos eleitores filiados na última década, que aponta para uma constante ascensão até o ano de 2018, até uma notória oscilação entre os anos de 2018 e 2021. Nessa perspectiva Dalton *et al.* (2003, p. 296) afirmam que existe uma “natureza mutável da identificação partidária nas democracias industriais avançadas”, apontando para uma tendência de enfraquecimento da ligação entre os eleitores e os partidos políticos. Peter Mair (2003) também mostra essa mudança da identificação partidária nos partidos políticos.

Os partidos e as suas atividades convencionais já não conseguem mobilizar os cidadãos, como anteriormente, nem usufruem de uma presença significativa no seio da sociedade em geral. Mas esses fenômenos são igualmente bem conhecidos. Os partidos tornaram-se mais distantes dos cidadãos. As suas organizações começaram a definhar. Ao mesmo tempo, contudo, verifica-se o desenvolvimento de uma importante tendência paralela: os partidos não só se tornaram mais distantes da sociedade em geral, como também se aproximaram mais do mundo do governo e do Estado, ao ponto de se tornarem inextricáveis em relação a estes (Mair, 2003, p. 280–281).

Depreende-se que, na análise dos autores Dalton *et al.* (2003) e Mair (2003), há um declínio com relação à identificação partidária, mas também uma mudança significativa nas funções que o partido político desempenha para possibilitar o acesso aos cargos públicos. Scarrow (2015) também argumenta que, embora filiados ainda sejam importantes para a mobilização política, as organizações políticas estão se adaptando a um ambiente político em mudança, diversificando suas estratégias de engajamento. Por isso, é preciso fazer uma leitura mais crítica com relação aos dados quantitativos de número de eleitores filiados no Brasil, país em que a legislação obriga a filiação partidária para a formalização de candidatura a um cargo eletivo.

Se considerada a quantidade de cargos eletivos das esferas federais, estaduais, distrital e municipais, assim como os cargos e empregos de livre nomeação que decorrem do exercício das funções dos respectivos cargos eletivos, constata-se que o aparato estatal brasileiro atrai uma quantidade significativa de filiações. Portanto é possível que boa parte desses mais de dez por cento dos eleitores tenham se interessado pela filiação partidária, não necessariamente pela identificação partidária, mas provavelmente pela sistemática de acesso ao cargo público eletivo.

O padrão contemporâneo da atuação dos partidos políticos quando no poder se materializa na configuração de uma maquinaria poderosa que controla os recursos estatais, monopolizando as nomeações para cargos públicos, geralmente via nepotismo, a captação de recursos e gerindo a esfera pública a seu favor, o que os faz perderem a credibilidade (Baquero; Castro; Ranincheski, 2016).

A administração pública cada vez mais é visualizada como entremeada de práticas que prejudicam o funcionamento das instituições, logo implica a descrença dos partidos e, conseqüentemente, da democracia: “Há ainda um fator agravante – a percepção dos eleitores de que essas funções podem ser melhor exercidas por outras organizações” (Baquero; Castro; Ranincheski, 2016, p. 18).

Os números levantados nesta pesquisa não contradizem a notória erosão na confiança da população quanto às instituições democráticas, que estiveram presentes inclusive nas manifestações de 2013 no Brasil. Além disso, podem corroborar, em especial, com a tese de Mair (2003), que aponta para uma relação meramente instrumental entre partidos e eleitores.

É possível constatar um declínio com relação à identidade e fidelidade partidária, em especial se observarmos o comportamento dos eleitores filiados depois das eleições de 2018. Nos Gráficos 1 e 2 é notória uma oscilação nos números de eleitores filiados nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. Por mais que no ano eleitoral de 2020 o número de filiados seja restabelecido, a oscilação demonstra uma possível migração dos eleitores de um partido para outro. Além disso, é importante destacar a redução percentual de 2022, em pleno ano eleitoral. Dessa forma, a análise das transformações dos partidos políticos, por meio da análise dos quantitativos de filiados, ficará mais nítida depois das eleições de 2018.

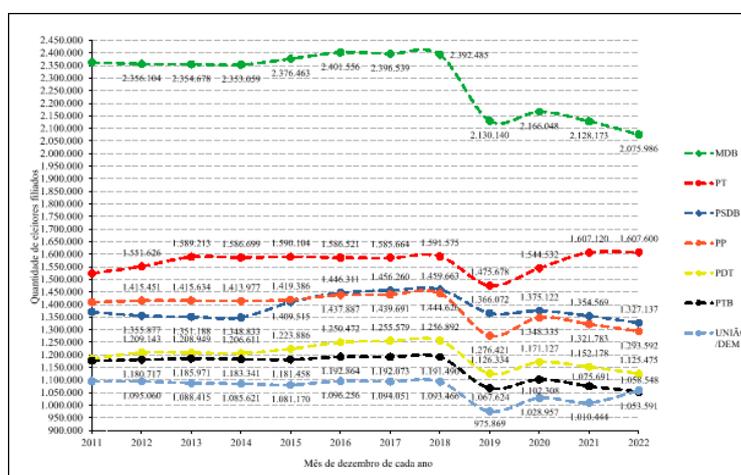
4 TRANSFORMAÇÕES DEPOIS DAS ELEIÇÕES DE 2018. OSCILAÇÃO NO NÚMERO DE ELEITORES FILIADOS

Mesmo com as manifestações de 2013, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e, por conseguinte, com o Governo de Michel Temer, a reconfiguração das filiações partidárias só passou a ter expressão nos números de eleitores filiados depois das eleições nacionais e regionais de 2018. A recorrente disputa

presidencial entre o PT e o PSDB não aconteceu em 2018, em decorrência da figura de Jair Bolsonaro, até então filiado ao PSL.

Depois das eleições de 2018 os dados quantitativos de número de eleitores filiados vão sofrer uma interessante variação, que não se observava nos anos anteriores. Analisando os sete maiores partidos brasileiros, MDB, PT, PSDB, PP, PDT, PTB e DEM, que possuem mais de um milhão de eleitores filiados, conforme o Gráfico 3, percebemos que todos apresentaram uma redução no número de filiados depois de 2018.

GRÁFICO 3 Evolução dos quantitativos de eleitores filiados nos 7 maiores partidos (Dez/2011 a Dez/2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral.

A partir do Gráfico 3 constatamos que o MDB desponta como o partido com maior quantidade de eleitores filiados, chegando em dezembro de 2022 com 2.075.986, contando com 468.386 eleitores filiados a mais em comparação com o segundo partido com mais filiados, o PT, que possui 1.607.600 eleitores filiados em dezembro de 2022. O que pode ser reflexo do MDB possui uma base eleitoral consolidada em muitas partes do país, resultado do sempre bom desempenho nas eleições municipais. “O MDB, que possui uma lógica própria e tem atuado de acordo com as questões estratégicas estaduais e locais, além de ter integrado todos as coalizões de governo desde a redemocratização” (Santos; Sanders-Freitas, 2019, p. 6).

Na série histórica percebe-se que esses sete maiores partidos mantinham uma constante ascendente no número de filiados, ocorrendo uma mudança

disso no ano de 2018. Assim, ao observarmos a variação do número de filiados com o passar dos anos, chama a atenção o comportamento de queda no número de filiados no ano de 2019. Depois disso, constata-se uma recuperação, mas isso variou de acordo com cada partido.

GRÁFICO 4 Evolução do quantitativo de eleitores filiados (Dez/2011 a Dez/2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Todos os sete maiores partidos apresentaram essa redução de filiados, na comparação de dezembro de 2018 para dezembro de 2019. Somente o PT consegue chegar ao final do ano de 2021 recuperando a quantidade de filiados que possuía em 2018, superando o número de 2018 e 2022. Os outros seis partidos chegam em dezembro de 2021 com número de filiados inferior ao que tinham em dezembro de 2018. Inclusive, mesmo o DEM, que se fundiu ao PSL para formar o União Brasil, não consegue retomar a quantidade de filiados que possuía antes das eleições de 2018, apesar de chegar a um número aproximado.

Esse comportamento de redução também acontece em outros partidos, conforme demonstrado no Gráfico 4. Percebe-se que muitos partidos perderam quantidade de eleitores filiados depois das eleições de 2018, mesmo que em menor proporção.

Cabe observar que no final de 2021 o Presidente Bolsonaro optou por se filiar ao PL para concorrer às eleições de 2022. Contudo, apesar de uma leve tendência de crescimento, não é possível apontar para um aumento significativo

no número de filiados do PL, pois chega ao ano de 2022 com um número de filiados inferior ao número de 2018.

Destacam-se também as significativas reduções de eleitores filiados no Partido Republicano Progressista (PRP), no Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e no Partido Pátria Livre (PPL), que perderam quase 100% de seus eleitores filiados, de modo que esses três partidos se extinguíram depois das eleições de 2018 em decorrência de incorporação a outros partidos. O PRP se incorpora ao PATRIOTA, o PHS se incorpora ao PODEMOS e o PPL se incorpora ao PCdoB. A Tabela 2 explicita a proporção da redução.

TABELA 2 Demonstrativo de redução do número de filiados

Partido	Dez/2018	Dez/2019	Percentual de redução
PRP	250.595	178	Redução de 99,93%
PHS	215.218	122	Redução de 99,94%
PPL	40.243	61	Redução de 99,85%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral.

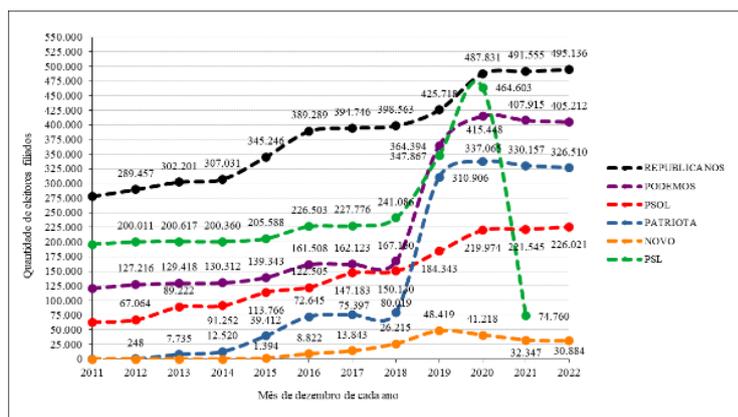
Já vimos que essas reduções expressivas no número de filiados não representaram uma evasão de pessoas da política, pois os Gráficos 1 e 2 mostram que a quantidade de eleitores filiados é recuperada nas eleições municipais de 2020. Por isso, é provável que os eleitores, que eventualmente deixaram seus partidos, acabaram se filiando a outros partidos. Assim é importante passarmos a analisar quais partidos tiveram um aumento no número de filiados. O Gráfico 5 apresenta essa dimensão.

Apesar de boa parte dos partidos terem tido redução, os seis partidos presentes no Gráfico 5 e na Tabela 3 tiveram aumento de filiados. Com exceção do PSOL, que faz oposição direta ao Governo Bolsonaro, é possível afirmar que os demais partidos fizeram parte da composição da base do Governo, pelo menos em algum momento. Republicanos, Podemos, Patriota e PSL tiveram um crescimento significativo depois das eleições de 2018. Os partidos conhecidos como do “Centrão” tiveram um crescimento interessante neste período.

O Partido NOVO chega a ter um crescimento em 2019, mas não sustenta esses números nas eleições municipais de 2020, chegando ao final de 2022 com um número de filiados inferior ao de 2019, mas ainda com um número um pouco maior que o de 2018. A Tabela 3 mostra que alguns aumentos se deram em

proporção considerável. No caso, temos uma reconfiguração em que os maiores partidos perdem filiações, quatro partidos se extinguíram para se incorporar a outros partidos, PSL, PRP, PHS e PPL, e os partidos presentes na Tabela 3 foram os que receberam mais filiações depois das eleições de 2018.

GRÁFICO 5 Evolução do quantitativo de eleitores filiados (Dez/2011 a Dez/2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral.

É interessante observar os números do Partido Social Liberal (PSL), a partir dos quais constatamos um crescimento expressivo depois de 2018, ano em que o presidente Bolsonaro foi eleito, chegando a 464.603 eleitores filiados em dezembro de 2020, ano das eleições municipais. Logo no início do seu mandato, o presidente Bolsonaro desfiliou-se do PSL, ficando sem partido. Isso não interrompeu o crescimento do PSL, considerando o nítido reflexo das eleições de 2018 nas eleições municipais de 2020.

TABELA 3 Demonstrativo de aumento do número de filiados

Partido	Dez/2018	Dez/2020	Percentual de aumento
REPUBLICANOS	398.563	487.831	22,40%
PODEMOS	167.160	415.448	148,53%
PATRIOTA	80.019	337.065	321,23%
PSOL	150.130	219.974	46,52%
PSL	241.086	464.603	92,71%
NOVO	26.215	41.218	57,23%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Como Bolsonaro seguiu sem partido político, o PSL conseguiu carregar a imagem do Presidente consigo até as eleições municipais de 2020, já que a identificação do bolsonarismo ainda estava muito vinculada, inclusive na numeração 17 utilizada pelo PSL, por exemplo. Passadas as eleições municipais de 2020, constatamos uma significativa queda no número de filiados do PSL, que passou a ter apenas 74.760 eleitores filiados, uma redução de 61,83% se considerado o número de filiados de dezembro de 2011. Com isso, o PSL entra em processo de fusão com o DEM, compondo o União Brasil.

Diante desses números, podemos dialogar com a tese de Peter Mair (2003), de que os partidos políticos estão cada vez mais próximos do Estado. Apesar das sucessivas pesquisas de opinião terem demonstrado a desaprovação da maioria da população com relação ao Governo Bolsonaro, não houve uma inibição do crescimento de partidos que, por diversas vezes, não fizeram oposição ao Governo, à exceção do PSOL, que conseguiu emergir enquanto oposição explícita.

Também é possível dialogar com os conceitos de erosão das identidades partidárias, posto que os eleitores filiados se movimentam pelos partidos, como se não houvesse uma diferença considerável entre eles. Mair (2003. p. 285 e 287) afirma que “os partidos se arriscam a confundir-se cada vez mais uns com os outros” e, entre algumas características, destaca como os partidos se alinham aos governos:

Quase todos os partidos das democracias ocidentais são hoje partidos governamentais, no sentido em que cada um deles alimenta uma expectativa realista de usufruir de, pelo menos, um breve período no poder. Poucos dos principais partidos da actualidade se veem permanentemente excluídos da participação nos governos.

Constata-se uma característica de busca pelo poder, em que o resultado das eleições nacionais e estaduais podem impactar as eleições municipais subsequentes. Pelo número de filiações, percebe-se essa relação entre as eleições de 2018 e 2020. Uma situação emblemática é a do PSL, que consegue crescer para as eleições de 2020, mesmo com a saída de Bolsonaro do partido, mas que logo sofre uma redução considerável, acabando por estabelecer uma fusão com outro partido para as eleições de 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos números de eleitores filiados nos últimos onze anos no Brasil foi possível dialogar com algumas teorias que tratam da transformação dos partidos políticos. Talvez não se possa afirmar um efetivo declínio partidário, já que os partidos têm se modificado para se fazerem presentes, de acordo com as mudanças no cenário político. Por outro lado, evidencia-se o declínio da identificação partidária, já que, aparentemente, vivenciamos uma rotatividade de eleitores filiados entre diferentes partidos.

Além disso, foi possível observar, a partir do aumento de filiados em partidos governistas e, em especial, do cenário formado para as eleições municipais de 2020, a aproximação dos partidos do Estado, engajando-se aos governos para usufruir de uma parcela do poder. Entre estes, podemos destacar partidos como REPUBLICANOS, que ganhou 27.155 filiados (aumento de 6,81%); PODEMOS, que ganhou 197.324 filiados (aumento de 117,99%); PATRIOTA, que ganhou 230.887 filiados (aumento de 288,54%); e PSL, que ganhou 106.781 filiados (aumento de 44,29%). Os referidos partidos obtiveram uma ascensão considerável no número de filiados, como consequência da oscilação iniciada depois das eleições de 2018.

Os números mostram que as eleições de 2018 ensejaram uma verdadeira ruptura na constância de ascendência no número de eleitores filiados em boa parte dos partidos políticos. Merece destaque a situação dos sete maiores partidos brasileiros. No ano de 2019 o MDB perde 262.345 filiados (redução de 10,97%); o PT perdeu 115.897 filiados (redução de 7,28%); o PSDB perdeu 93.591 filiados (redução de 6,41%); o PP perdeu 168.205 (redução de 11,64%); o PDT perdeu 130.558 (redução de 10,39%); o PTB perde 123.866 (redução de 10,40%); e o então DEM perdeu 117.597 eleitores filiados (redução 10,75%). Todos esses partidos contam com quantitativo superior a 1 milhão de eleitores filiados, demonstrando uma considerável perda de espaço de partidos tradicionais para outros partidos de médio porte que vêm emergindo na política nacional.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. *Treze: a política de rua de Lula e Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

- AMARAL, Oswaldo. *Por dentro das bases partidárias: uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo*. Instituto de Iberoamerica, Salamanca, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. *OSAL Observatório social da América Latina*, ano XIV, n. 34, nov. 2013. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/13901/1/osal34.pdf##page=38>. Acesso em: 19 nov. 2023.
- AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHÉ, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BAQUERO, C. M. J.; CASTRO, H. C. O.; RANINCHESKI, S. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. *Política & Sociedade* (Impresso), v. 15, p. 9–38, 2016.
- BIGNOTTO, Newton. *O Brasil à procura da democracia: da proclamação da república ao século XXI (1889–2018)*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Evolução do eleitorado*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Quantitativos de eleitores filiados por partido*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- DALTON, R.; MCALLISTER, I. *et al.* Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, v. XXXVIII, n. 167, p. 295–320, 2003.
- LAVAREDA, Antonio. *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, v. XXXVIII, n. 167, p. 277–293, 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. *Sociologias*, n. 19, p. 250–273, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222008000100011>>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- MOUNK, Yascha. *The people vs. democracy: why our freedom is in danger and how to save it*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- MUSSE, Ricardo. Governo Bolsonaro: a calamidade triunfal. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SÁ, Simone Perereira de. Netnografias nas Redes Digitais. In: PRADO, José Luiz Aidar (org.). *Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massas às ciberculturas*. São Paulo: Hacker Editores, 2002, 168 p.
- SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos; SANDERS-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. A relevância das eleições municipais: uma análise da trajetória e da força política do PSB. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 72, 2019.
- SCARROW, Susan E. *Beyond Party Members. Changing Approaches to Partisan Mobilization (Comparative Politics)*. Oxford, 2015.
- SPECK, Bruno Wilhelm; BRAGA, Maria do Socorro Sousa; COSTA, Valeriano. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 125–148, dez. 2015.
- TERENZI, Gabriel; FREITAS, Renato; KAZMIERCZAK, Luiz. Filiação partidária como condição de elegibilidade e fator de exclusão social. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho- PR, Brasil, n. 34, p. 285–321, 2021.